

O Ensino da Religião como resposta à laicização

JOÃO MANUEL DUQUE*

RESUMO

O artigo pretende fornecer alguns argumentos em favor do ensino da religião nas escolas públicas, no contexto dos denominados estados laicos. Nesse sentido, evita-se qualquer tipo de argumentação confessional, incluindo o recurso a acordos entre os estados e as igrejas. Procura-se, antes, uma fundamentação nas diversas dimensões do próprio processo educativo. Nesse sentido, o ensino religioso pretenderia, em primeiro lugar, desenvolver o espírito (auto)crítico dos alunos, em relação à respetiva opção religiosa ou não religiosa; em segundo lugar, pretenderia explorar as concepções antropológicas que resultam de tradições religiosas, e que acabam por determinar certas opções éticas e políticas das sociedades; por último, o ensino religioso desenvolveria nos alunos o sentido do mistério, análogo ao sentido poético, que é fundamental para uma concepção mais completa do humano. O modo prático de articular estes argumentos com o atual esquema de funcionamento do ensino da religião constituiu um desafio em aberto.

Palavras chave: Religião, ensino religioso, antropologia, escola

ABSTRACT

This article intends to provide some arguments in favor of the teaching of the religion in the public schools, in the context of the denominated secular states. In this sense, any kind of confessional argument is avoided, including the appeal to agreements between states and churches. Rather, a foundation is sought in the various dimensions of the educational process itself. In this sense, religious education would, in the first place, develop the (self) critical spirit of the students, in relation to their religious or

* Universidade Católica Portuguesa (UCP – Braga) e membro integrado do Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião (CITER)

non religious choice; secondly, it would seek to explore the anthropological conceptions that result from religious traditions, and which eventually determine certain ethical and political choices of societies; finally, religious teaching would develop in students the sense of mystery, analogous to the sense of poetics, which is fundamental to a more complete conception of the human. The practical way of articulating these arguments with the current working scheme of the teaching of religion remains an open challenge.

Keywords: Religion; Religious Education; Anthropology, School

O título pode parecer estranho. Ou então, pode evocar um programa de reação militante, com a eventual pretensão de uma recuperação de terreno por parte do religioso, no contexto de uma sociedade laicizada. Mas o que se pretende, precisamente, é pensar em que medida o ensino religioso pode contribuir para um correto enquadramento do fenómeno religioso numa sociedade laicizada, precisamente se esta assumir já não ser uma sociedade laicista, eventualmente a viver no sonho ilusório do desaparecimento da religião.

Ora, não me parece que, pelo que vai acontecendo por toda a Europa, a laicização da sociedade seja um dado adquirido. E refiro-me, aqui, a uma laicidade positiva, como base das sociedades plurais que hoje somos. Esse paradigma, de facto, parece ser cada vez mais contestado, na prática e por várias frentes, nomeadamente por atitudes fundamentalistas radicais. Nesse sentido, não assumirei o que vou propor apenas como resposta – mais ou menos extrínseca e descomprometida – à sociedade laica, mas como sua defesa, pelo menos até certo ponto. E essa defesa implicará, precisamente, o ensino público da religião em contexto escolar. Para fundamentar esta tese, apresento três argumentos fundamentais: um em nome do espírito autocrítico ou científico; outro em nome do que poderíamos denominar os valores de certa antropologia, em que se enquadra, precisamente, a ideia de laicidade; e, por fim, outro em nome de uma determinada compreensão do religioso, ela mesma também vista como base de uma sociedade plural, superadora da violência religiosa. Tratando-se de argumentos, defendo certamente a sua validade; mas, ao mesmo tempo e porque reconheço poder haver outras perspetivas, admito que estarão sujeitos ao debate público e enriquecedor. Isso é o que pretendo aqui: colocar em debate uma possível perspetiva de fundamentação do ensino da religião na escola pública, no contexto de uma sociedade laica.

1. Espírito crítico

“O ensino das religiões, das suas crenças como da sua história, não é certamente um atentado à laicidade; pelo contrário, é o silêncio imposto sobre as

realidades religiosas que é um atentado inaceitável ao espírito de objectividade e de verdade de que a escola laica se reclama”¹. Assim se exprime Alain Touraine, numa obra publicada já em 1997, precisamente em contexto francês, onde o problema parece ter começado. E a defesa desse espírito de objetividade e de verdade, que caracteriza a independência de uma instituição focada no lugar educativo da ciência, mede-se essencialmente por dois elementos: o exercício da atividade autocrítica (princípio científico mais geral e incontestado) e o respeito pela realidade, tal como se nos manifesta, nomeadamente a realidade das pessoas e das suas identidades. Estamos perante dois princípios que, pelo menos em certas circunstâncias, parecem opor-se mas que, em realidade, deverão constituir duas faces da mesma moeda, caso contrário as identidades tornam-se ideologias encerradas sobre si mesmas e a crítica torna-se um exercício estéril e nihilista, sem qualquer finalidade pragmática – ou então transforma-se em exercício corrosivo, simplesmente destruidor.

Numa sociedade pluralista e multicultural, como é em princípio a sociedade ocidental, é relativamente fácil compreender a necessidade do respeito pelas identidades particulares, dos grupos e das pessoas. E se esse respeito se pautou, em muitas circunstâncias, apenas por uma tolerância negativa, o certo é que vamos ganhando consciência de que é necessário mais. A diversidade das identidades deverá ser assumida, precisamente em nome da própria realidade. E a escola é, talvez, a instituição da maior diversidade de identidades e proveniências: condições sociais, origens étnicas, identificações culturais e religiosas, etc. Em nome da verdade das pessoas que a constitui, incluindo os professores, a escola não pode fechar os olhos a essa diversidade que a habita, nem à diversidade dos elementos que constituem a sua pluralidade.

No conjunto dos elementos constituintes das identidades, a dimensão religiosa não é dos menos importantes – até mesmo quando se manifesta pela sua ausência. Pretender que esse elemento identitário fique fora dos portões da escola é puro irrealismo e, em certo sentido, uma falta à verdade dos factos e das pessoas. Era o que pretendia, é certo, a escola nacional laica, no início do processo, precisamente por querer arrancar a criança ao seu solo identitário e pretender transformar a sua identidade na identidade uniforme do cidadão, segundo princípios pretensamente racionais e universais. É isso que a escola atual, denominada por Alain Touraine a escola do sujeito, coloca em questão – ou deveria colocar em questão. A fidelidade da escola ao princípio da verdade implica o acolhimento de todas as dimensões de todos os sujeitos que a constituem. Também da sua dimensão religiosa, que deve ser naturalmente acolhida e acompanhada.

¹ Alain Touraine, *Iguais e diferentes*, (Lisboa: Instituto Piaget, 1998), 363.

Ora aqui é que embatemos no outro tópico. Como acolher a identidade religiosa dos sujeitos, na escola? Simplesmente deixando que os sujeitos sejam religiosos, consoante um modo de ser que herdaram da família e dos seus grupos? Mas será isso educativo, ou simplesmente um modo de alheamento do processo educativo, em relação a essa dimensão da identidade?

Se a escola é um lugar de sujeitos não é menos um lugar de ciência – ou então deixará de ser escola, para ser apenas um aglomerado de partículas diferentes, eventualmente em iteração (ou não). E o bom espírito científico implica o exercício da autocrítica permanente, pois todas as posições são falíveis. E a autocrítica possui inevitavelmente critérios, que neste caso se desenvolvem na articulação entre a própria tradição religiosa e outras tradições, religiosas ou não, na pluralidade das perspetivas. Mas não são aleatórios. Genericamente, poderiam ser sintetizados na afirmação significativa de Miguel Baptista Pereira: “A fome de poder perverte o tecido inter-humano e, por isso, a relação senhor-escravo e com ela toda a atitude de coisificação do homem segregam o vírus desfigurador da nossa relação à transcendência... Por isso, é falsa toda a religião que não liberte, ideológica toda a verdade que não nos dignifique e ídolo todo o deus, que subsista à custa da exploração dos seus adoradores”².

É claro que a autocrítica radical, própria de certo racionalismo crítico, não é igualmente aplicável a todos os âmbitos da existência – e não o será, certamente, ao âmbito religioso, por um lado porque Ihe é completamente externa e, por outro lado, porque os seus critérios não são necessariamente aplicáveis à análise crítica das tradições religiosas. Mas este âmbito específico não está dispensado do exercício autocrítico, compaginado sempre com o melhor conhecimento das suas próprias raízes.

Assim, é missão da escola pública ajudar os seus cidadãos, marcados por determinada identidade religiosa ou pela sua ausência, a adquirir um espírito crítico em relação à sua convicção e identidade – mesmo que seja a identidade de um ateu, que neste contexto é identificável à identidade religiosa, já que se refere a Deus e à crença (da sua existência ou da sua não existência). Antes de tudo, é importante a aquisição do próprio espírito, como estilo de ver o mundo que não absolutiza erradamente a posição própria. Mas, para ser séria e não se esvaír na pura crítica como sistema, a crítica precisa de critérios e os critérios não podem prescindir do estudo aprofundado da identidade própria. É no aprofundamento interno da identidade religiosa que se pode exercer permanente autocrítica sobre ela. Assim sendo, o polo da crítica não chega a ser completamente extrínseco à própria identidade, mas um movimento que Ihe é inerente. Vemos, então, como os dois polos da objetividade própria da escola

² Miguel Batista Pereira, *Obras completas*, II, (Lisboa: Gulbenkian, 2014), 339.

se conjugam: o polo da identidade própria, de acordo com as pertencas de cada um, e o polo da “suspeita” metódica que sobre elas se lança, para as aprofundar e purificar, não para as eliminar.

E não será esta tarefa da escola tanto mais importante, quanto mais os grupos religiosos, constituídos e fomentados fora da escola, tendem a afirmar-se radicalmente fora ou mesmo contra qualquer espírito autocrítico? Não dependerá o futuro pacífico e democrático das nossas sociedades cada vez mais desta prática, como base e garantia de convivência inter-humana, no respeito pela liberdade e autonomia dos sujeitos e dos grupos? E não depende disso a própria laicidade da sociedade, que seria colocada em risco por um laicismo alheio ao religioso, o qual fomentaria, assim, o seu crescimento selvagem?

2. O valor da humanidade

Ora, é precisamente quando falamos de democracia, de liberdade pessoal, de autonomia e emancipação dos sujeitos que tocamos no segundo argumento. Serão estas realidades – enquanto crenças ou convicções – inevitável e garantidamente grandezas onnipresentes, independentemente das identidades particulares? Ou estarão ligadas a determinados trajetos históricos que, por seu turno, se relacionam com determinadas tradições religiosas? É assim que pensa o insuspeito Jürgen Habermas, precisamente em relação à tradição judaico-cristã. Diz ele: “Não creio que nós, como europeus, pudéssemos compreender seriamente conceitos como moralidade e ética, pessoa e individualidade, liberdade e emancipação... sem nos apropriarmos da substância do pensamento histórico-salvífico de origem judaico-cristã... Sem uma mediação socializadora e sem uma transformação filosófica de *qualquer uma* das grandes religiões mundiais, este potencial semântico poderia um dia tornar-se inacessível”³.

Assim sendo, os princípios ou valores que subjazem à própria ideia de laicidade – partindo do pressuposto de que não se trata de um conceito negativo, mas da afirmação da dignidade do humano, contra todas as suas violações, também hipoteticamente em nome de ideais religiosos – são princípios originados numa tradição que consideramos religiosa e cuja transmissão e afirmação dependem, também, de identificações religiosas. Transmitir esses valores extraindo-os ao seu contexto originário poderá conduzir a um problema de fundamentação teórica, mas conduzirá sobretudo a um problema de fundamentação prática, na medida em que eles dependem de convicções pessoais e coletivas para subsistirem.

³ Jürgen Habermas, *Nachmetaphysisches Denken*, (Frankfurt: Suhrkamp, 1992), 23.

Não será missão da escola pública, numa sociedade laica mas defensora de valores humanizantes, a socialização em relação a esses valores, pela construção de convicções e, ao mesmo tempo, de hábitos de conduta condizentes com essas convicções? Mas, se o húmus desses valores é um contexto religioso e se a identificação religiosa é o melhor – se não o único – caminho para reforçar as convicções e os hábitos das novas gerações em relação a esses valores, não será importante que sejam relacionados, explicitamente, com as tradições religiosas de onde provêm? Não poderia o ensino da religião, na escola pública, para além de fornecer conhecimentos neutros sobre identidades religiosas, ou mesmo um espírito autocrítico em relação à posição própria, fornecer igualmente apoio de identificação, por mediação religiosa, para os valores que constituem a base das sociedades denominadas democráticas? Ainda que a religião pudesse considerar-se demasiado funcionalizada para esse efeito, não seria isso de algum modo benéfico para todos – e não apenas para os crentes dessa religião?

3. O sentido do mistério

Mas, ao tocarmos o problema da eventual funcionalização do religioso, atingimos um outro nível da questão: a importância humanizadora da experiência religiosa, em si mesma, independentemente dos efeitos secundários que possa ter sobre os sujeitos e as sociedades. É claro que, a este nível, entramos na floresta das definições do religioso e da respetiva experiência. Não quero envolver-me nesse debate. Proponho apenas a sua concentração num tópico: a experiência religiosa poderia ser identificada com a experiência do mistério de tudo o que existe – Deus seria assumido, antes de tudo, como “mistério do mundo”, para retomar um título emblemático de Eberhard Jüngel⁴, um dos maiores teólogos protestantes contemporâneos. Assumo aqui o conceito de mistério não propriamente nalgum sentido enigmático, referente à dimensão oculta da realidade, mas na sua dimensão originária, referente ao próprio milagre de tudo ser. Experimentar a realidade, quanto a essa sua dimensão, significa não a reduzir à mera objetividade empírica ou à pura relação dos factos – eventualmente manipuláveis. Também implica, por isso, não a situar apenas sob a perspectiva do benefício utilitário. Exige-se, pelo contrário, uma atitude de atenção ao permanente dar-se gratuito daquilo que acontece, como algo que nos envolve e que nunca dominaremos completamente. Poderíamos identificar esta dimensão da experiência com a experiência poética ou estética. De facto, há grande proximidade entre o religioso e o poético.

⁴ Eberhard Jüngel, *Gott als Geheimnis der Welt*, (Tübingen: J. C. B. Mohr, 1977).

Ora, quer o sentido do religioso quer o sentido do poético podem ser educados. Nesse processo podem ser considerados dois elementos: o da experiência propriamente dita, de dimensão essencialmente afetiva, e o do conhecimento, como caminho para uma correta e equilibrada experiência do mistério, mesmo como abertura para essa experiência. No primeiro caso, são importantes iniciativas educativas que conduzam à abertura do sujeito para um âmbito do real não abarcável por um espírito meramente positivista – seja na relação ao mundo, aos outros humanos, ou ao fundamento de tudo. Assim se vai desenvolvendo uma sensibilidade especial para o acolhimento da alteridade do real que nos envolve.

No segundo caso, é importante o desenvolvimento do conhecimento dos limites do próprio conhecimento e das formas como pensadores de todos os tempos foram lidando com a questão do sentido de tudo. Nas tradições religiosas, essa dimensão está omnipresente, desde a sua formulação mais mítica até às elaborações especulativas mais complexas. Para dar uma formulação mais incisiva (e bela) à importância do conhecimento no desenvolvimento do sentido do mistério, que não se desfaz perante a dinâmica explicativa das ciências, deixo as palavras interpeladoras de Vergílio Ferreira: “À atitude maravilhada em face do que nos rodeia, em face da vida e da morte, não a anula nenhuma «explicação»... O inverso (ou o inimigo) do «mistério» não é a «clarividência mental» – é apenas a «distração» (e às vezes, sim, a «ignorância»)”⁵. Penso que o ensino da religião, na escola pública, possa ajudar todos os cidadãos – mesmo o não explicitamente religiosos – a criar o hábito dessa lúcida atenção ao mistério da realidade que, permanentemente, nos interpela e, ao mesmo tempo, nos supera a todos, sem que ninguém nem nenhum grupo se possa assumir como seu proprietário, muito menos exclusivo. Desse hábito pode resultar a atitude de respeito pelo que é diferente de nós mesmos, na superação da auto-fixação e autoafirmação, que anulam a própria cidadania democrática.

Conclusões

É claro que o ensino da religião nas escolas estatais, no contexto de um estado laico, como é o caso da maioria dos estados contemporâneos, poderia recorrer a várias justificações. Uma delas, sem dúvida de peso, é o respeito pela opção dos pais e dos próprios alunos, uma vez que toda a escola existe para os cidadãos e não para o serviço aos estados e aos seus programas mais ou menos ideológicos. Mas a fortaleza desse argumento pode embater em contra-argumentos pragmáticos, na medida em que nem todos os desejos dos pais e

⁵ Vergílio Ferreira, *Do mundo original* (2ª Ed., Amadora: Bertrand, 1979), 33, nota 1.

dos alunos podem ser satisfeitos pela escola. Argumento sério, se a questão do ensino da religião correspondesse apenas a desejos pessoais ou familiares.

Conduzindo a questão a um nível mais profundo, as Igrejas – nomeadamente a Igreja Católica, em Portugal – representam institucionalmente o sentir dos seus fiéis e, desse modo, tentam estabelecer acordos com os estados, para que a (respetiva) religião sejam ensinada nas escolas, aos filhos desses fiéis ou aos próprios fiéis. A este nível institucional, não se trata apenas de questões da ordem do desejo pessoal ou familiar, mas da constatação de algo importante para uma comunidade inteira, com configuração institucional, que por isso deve ser regulamentada juridicamente. É o que acontece em grande parte das Concordatas existentes, entres diversos estados e a Santa Sé.

Mas, neste contexto, levanta-se nova suspeita. Não se tratará, aqui, de mero interesse particular de um grupo, eventualmente ideológico, no sentido de formar os seus membros ou mesmo de conquistar novos membros? E não estamos perante uma questão de maior ou menor capacidade – poder – de afirmação desse grupo? É claro que esta suspeita é muito primária, sobretudo se estamos perante uma população maioritariamente pertencente a essa Igreja e perante uma tradição marcada, mesmo culturalmente, por essa Igreja. Mas a questão não deve ser completamente ignorada.

Nesse sentido, pode ser importante formular argumentos transversais, com base em motivos comuns a toda a sociedade, ao serviço da qual está um estado laico – e, em certo sentido, também uma comunidade religiosa. Se nessa sociedade há diversas comunidades religiosas; se o fenómeno religioso é nela incontestável, mesmo até na sua recusa, através do ateísmo; se o impacto das experiências religiosas, para o bem e para o mal, não é de somenos importância nessa sociedade – então é preciso refletir sobre esse fenómeno e questionar-se sobre a conveniência ou não de o estudar nas escolas – todas, e para todos. Ou então, para além de o estudar, é conveniente pensar na possibilidade de o inserir no projeto educativo de todos os cidadãos. Foi nesse sentido que se apresentaram os argumentos anteriores. Estes, evidentemente, não invalidam argumentos de outra ordem. Apenas procuram ser formulados num âmbito de debate diferente, que leve em conta todos os cidadãos das nossas sociedades plurais, como interlocutores.

Se os argumentos apresentados possuírem alguma validade, então a religião (também com as suas consequências éticas) deveria ser ensinada em todas as escolas, a todos os alunos, porque ela é tão importante para a qualidade de vida de uma sociedade como a língua, a matemática, as ciências. É nesse horizonte que pretendemos ter colocado aqui o debate sobre o ensino da religião numa sociedade laica – não laicista.

E se levarmos o argumento até à últimas consequências, ele não se aplicaria apenas ao ensino básico e secundário, mas também ao ensino superior. Ainda que este, na sua generalidade, não seja obrigatório, não deixa de ser imprescindível;

e normalmente assume-se o princípio genérico de que não se destina apenas a preparar técnicos competentes para as diversas profissões. Trata-se, para além disso, da formação de nível superior de uma população inteira, o que deveria incluir elementos básicos essenciais ao exercício de uma cidadania madura.

E não bastaria, para corresponder a esta necessidade, trabalhar um ciência neutra da religião em contexto universitário – ainda que isso seja muito importante. Tendo em conta a especificidade do fenómeno e o impacto que possui nas pessoas e nas sociedades, é incontornável a necessidade de uma perspectiva interna, mesmo e precisamente em contexto universitário. É o que se pretende com o estudo da Teologia na universidade, como acontece em sociedades democraticamente avançadas. Ao contrário de muitos outros países pelo mundo fora – incluindo na Europa secularizada – Portugal optou, por várias razões compreensíveis e algumas menos compreensíveis, por encerrar, no início do século XX, a única Faculdade de Teologia existente na universidade estatal, em Coimbra. O ensino superior da Teologia, que continuou a ser muito importante para uma sociedade maioritariamente religiosa, ficou confinado aos Seminários Maiores. Mesmo que estes tenham desempenhado essa função normalmente com competência, o certo é que não é um bom princípio. Reduzir o estudo aprofundado de uma determinada tradição religiosa ao âmbito estritamente interno, mesmo do ponto de vista institucional, não é saudável para uma sociedade laica. É importante que esse estudo, mesmo em perspectiva crente, seja desenvolvido no contexto onde são trabalhados todos os outros saberes, para evitar a sua deriva acrítica, potencialmente manipulada por ideologias comunitaristas. Uma sociedade laica exige a dimensão pública da religião e isso exige o estudo público e aberto da respetiva Teologia.

Certos países do norte e centro da Europa – até mesmo alguns do leste europeu – para além de não terem expulsado a Teologia da universidade, estão neste momento a introduzir o estudo da Teologia de tradições religiosas não cristãs, nomeadamente islâmicas. Já tomaram consciência prática de que o único modo de fazer frente a fundamentalismo radicais, que começam a colocar em risco o equilíbrio de uma sociedade democrática, é estudando seriamente – e é isso que a universidade exige – essa tradição, não a partir de um ponto neutro, crítico apenas a partir de fora, mas precisamente do seu interior, no desenvolvimento sadio da autocrítica, baseada em conhecimento crente.

Em Portugal, a Universidade Católica, com a criação da Faculdade de Teologia há cerca de 50 anos atrás, deu um passo importante nesse serviço à sociedade. Embora não seja completamente a mesma coisa, a isenção da universidade, mesmo não sendo estatal, garante o contexto para que o estudo seja sério e exigente, de dimensão pública. Uma instituição da Igreja veio assim a desempenhar – com financiamento próprio não estatal – uma missão que compete ao estado, no cuidado com o modo como os seus cidadãos vivem a

sua dimensão religião ou não. Contudo, é necessário alargar o estudo a outras tradições religiosas, na medida em que vão adquirindo significado no nosso contexto social, pois não é benéfico que o seu conhecimento de si mesmas fique confinado às respetivas estruturas internas. Mas isso implicará um vasto debate social e político, que ainda nem começou.

Intencionalmente, no final de cada argumento apresentado acima, deixei mais questões do que respostas. Em realidade, de facto, o assunto pode colocar em questão o modo como tem sido considerado, seja pelos defensores seja pelos detratores. As questões, ainda em aberto e a exigir maior trabalho de investigação e de argumentação – num e noutro sentidos – estender-se-iam, inevitavelmente, às formas de organizar esse estudo e ensino. Deduzir desta proposta que ele deveria ser absolutamente independente das Igrejas é uma conclusão demasiado precipitada. Seria o mesmo que exigir que um professor de música não fosse musical, para não incutir no aluno o gosto pela música, ou por determinado estilo, em especial... O estado, enquanto responsável pela escola plural, terá sempre o dever de procurar os parceiros mais competentes, mais idóneos, que melhor correspondam ao ideário do que é um estado laico, para realizar a sua finalidade. Uma visão externa deve ser necessariamente complementada com visões internas, para que os fenómenos sejam abordados em todas as suas dimensões. Não é, pois, um assunto encerrado, já que uma sociedade é algo demasiado complexo para que as respostas sejam únicas e definitivamente fechadas.